

## 15 DE FEVEREIRO DE 2025 – FESTIVAL CULTURAL DA MEMÓRIA CAMPONESA: CENTENÁRIO ELIZABETH TEIXEIRA

relatado por *Mauren Kelly de Souza Santos*  
Editora Adjunta da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade

Nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro deste ano, a cidade de Sapé (PB) sediou o Festival Cultural da Memória Camponesa: um evento dedicado à celebração da história de luta das Ligas Camponesas, por meio de apresentações culturais, marchas, lançamentos de livros e espaços de debate. Nesta edição, o Festival teve um significado ainda mais especial ao homenagear o centenário de Elizabeth Teixeira, símbolo da luta pela reforma agrária. Mesmo diante da perseguição e dos inúmeros enfrentamentos, Elizabeth jamais deixou de resistir nem de acreditar na transformação social.



Diante de tamanha importância de Elizabeth e do Festival para o campo dos Direitos Humanos no Brasil, a Revista DHT marcou presença no

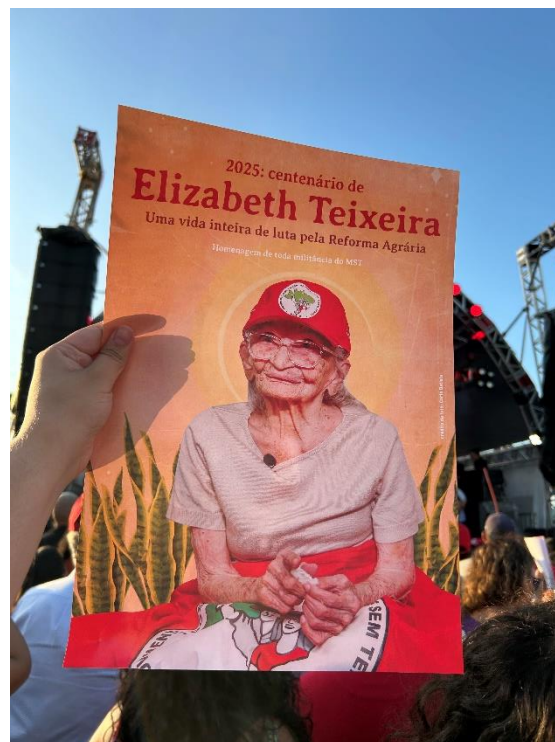
evento que fala tanto da história paraibana. A equipe DHT conseguiu comparecer ao último dia de evento, que contou com uma feira de agricultura familiar camponesa na Praça de Eventos de Sapé, e um ato político com a presença e fala de autoridades nacionais e locais, militantes da reforma agrária, Elizabeth Teixeira e seus familiares.

Neste ato político, a fala de dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciaram violações sofridas na luta pela terra e trouxeram palavras de ordem que nos inspiram à continuarmos unidos na luta pela Reforma Agrária Brasileira.





A fala de Elizabeth Teixeira e de seus familiares ocorreu logo após a plateia entoar um emocionado "Parabéns para você" em sua homenagem. Com a voz embargada pela emoção, Elizabeth agradeceu pelo evento, reafirmou seu compromisso com a Reforma Agrária e cobrou das autoridades presentes a garantia dos direitos fundamentais ainda negados aos trabalhadores rurais. Em seguida, os familiares da família Teixeira se apresentaram e entoaram palavras de ordem, comovendo o público — especialmente aqueles que conhecem a trajetória de Elizabeth, marcada pelo sofrimento imposto pela ditadura empresarial-militar brasileira. Perseguida, ela foi forçada a se afastar dos filhos por questões de segurança. A reunião da família, portanto, simboliza não apenas resistência, mas também a celebração do centenário de uma das maiores heroínas da luta pela terra no Brasil.



Elizabeth Teixeira é um símbolo de resistência diante de regimes ditatoriais, elitistas e violadores de direitos. Continuamos lutando com ela e com as demais lideranças camponesas para garantir a Reforma Agrária Brasileira. Continuamos escrevendo nossa própria história e enfrentando aqueles que querem apagá-la. Continuamos persistindo e batalhando pela garantia de direitos fundamentais e para que nenhum de nós tenha seu sangue derramado novamente. Continuamos comprometidos, atentos e unidos na luta em defesa dos Direitos Humanos.



## 20 DE MARÇO — LANÇAMENTO DA CARTILHA "DIREITOS HUMANOS E REDE DE APOIO A MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL" PELO LABORATÓRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM SUBJETIVIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

relatado por *Luís Errirane Batista Leite*

Componente do Fluxo de Funcionamento da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade



Da esquerda para a direita: Gilmara Medeiros, Renata Garcia, Anna Paula Batista e Marileide Costa. Foto: Lucas Lustosa Sarmiento, 2025.

No dia 20 de março de 2025, ocorreu um momento de grande relevância para as lutas em defesa dos direitos humanos das mulheres egressas do sistema prisional: o lançamento da cartilha "Direitos Humanos e Rede de Apoio a Mulheres Egressas do Sistema Prisional", fruto de um esforço coletivo que envolveu diversas instituições e agentes comprometidos com a garantia de direitos e a promoção da cidadania.

O evento foi mediado pela Profa. Dra. Renata Garcia Monteiro, coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública (LAPSUS); tendo a participação, como

palestrantes, da Profa. Dra. Gilmara Medeiros que coordenou o grupo de trabalho da produção do documento; da Dra. Anna Paula Batista, gerente-executiva do Escritório Social; e a Sra. Marileide Costa, representante da voz egressa do sistema penitenciário da Paraíba.

Conforme observado a partir das falas da mesa, a cartilha nasceu a partir das atividades desenvolvidas pelo LAPSUS, no âmbito do projeto de extensão "Mulheres e Prisões: cooperação técnica junto à Defensoria Pública do Estado da Paraíba na garantia de direitos humanos de mulheres e mães".

O projeto é resultado de uma parceria consolidada entre o LAPSUS, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) e o Escritório Social, este último sendo um equipamento do Governo do Estado



voltado, prioritariamente, ao acompanhamento e à orientação jurídica de pessoas egressas do sistema prisional.

Durante o evento de lançamento, a Profa. Dra. Renata Garcia foi responsável por introduzir o percurso de construção do projeto de extensão Mulheres e Prisões, destacando que a proposta surgiu a partir de uma demanda inicial do próprio MJSP, que buscava, no LAPSUS, uma parceria capaz de abordar, com a seriedade necessária, a realidade enfrentada pelas mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional paraibano.

Diante disso, a professora enfatizou que as pesquisas sobre o encarceramento feminino no Brasil reiteram um aspecto alarmante: a maioria dessas mulheres carrega uma trajetória profundamente marcada por experiências de violência, sobretudo a violência de gênero. Tal constatação evidencia a histórica ausência de políticas sociais na vida dessas mulheres, que chegam ao sistema penal não como primeira forma de vulnerabilização, mas como resultado de um longo percurso de exclusões.

Na sequência do evento, a Profa. Gilmara Medeiros compartilhou detalhes sobre o processo de elaboração da cartilha, ressaltando que a principal missão da equipe envolvida era a produção de materiais educativos direcionados especificamente para a população prisional e para as pessoas egressas do sistema penal. A professora explicou que o desenvolvimento da cartilha foi fruto de um trabalho coordenado no âmbito do LAPSUS, contando com a participação ativa de estudantes de diferentes áreas, como Serviço Social, Direito e Psicologia, o que garantiu ao projeto uma perspectiva interdisciplinar e sensível à complexidade das demandas das mulheres em situação de retorno à sociedade.

Gilmara destacou, ainda, que a aproximação com o Escritório Social foi fundamental para o êxito da produção, uma vez que esse espaço permitiu um contato mais direto com a realidade vivida pelas mulheres egressas. Foi a partir desse diálogo e da escuta qualificada que a equipe pôde identificar as necessidades mais urgentes e as principais barreiras enfrentadas por essas mulheres no



v. 3, n. 1, 2025

acesso a direitos fundamentais. Esse processo de construção coletiva e orientado pelas demandas concretas contribuiu para que a cartilha pudesse refletir, de forma prática, as orientações e caminhos de apoio disponíveis, tornando-se um instrumento efetivo de fortalecimento da rede de assistência e de garantia de direitos.

A Dra. Anna Paula dos Santos, gerente-executiva do Escritório Social, trouxe contribuições fundamentais sobre a construção da cartilha a partir do contato direto com as mulheres egressas do sistema prisional. Ela explicou que, para assegurar que o material atendesse às reais necessidades desse público, foram organizadas oficinas específicas voltadas aos direitos humanos das mulheres. Essas atividades ocorreram ao longo de seis meses no ano anterior ao lançamento da cartilha, com a realização de cinco encontros que proporcionaram espaços de escuta e troca de experiências.

Portanto, para ela, essas oficinas revelaram uma série de dificuldades enfrentadas por mulheres que haviam deixado a prisão, especialmente no que diz respeito à compreensão e ao acesso aos seus direitos. Foi a partir

desses momentos de diálogo que emergiram temas fundamentais, indicados pelas próprias participantes, que relataram os desafios cotidianos de reinserção social e os obstáculos no caminho para reconstruir suas vidas em liberdade.

Assim, o relato reforçou a importância da participação ativa dessas mulheres no processo de produção da cartilha, garantindo que o material fosse construído de forma colaborativa, a partir das vivências e das demandas concretas da população a que se destina.

Ao final do evento, ocorreu, talvez, o momento mais significativo e emocionante de toda a programação: a fala da Sra. Marileide Costa, uma mulher egressa do sistema prisional paraibano, que se apresentou como uma sobrevivente do cárcere no Estado. Com profundidade e honestidade, Marileide compartilhou as dores e as marcas do encarceramento feminino, trazendo à tona as violências estruturais e a lógica de desumanização que perpassam o sistema prisional. Sua fala não foi apenas o relato de uma trajetória pessoal, mas a denúncia de um



v. 3, n. 1, 2025

sistema que fere, isola e silencia, sobretudo, mulheres, mães e filhas.

Contudo, Marileide não se limitou a narrar as suas dores. Ela trouxe, com a mesma força, a importância do acolhimento e da rede de apoio para mulheres egressas, destacando o papel fundamental do Escritório Social em sua trajetória de reconstrução. Foi através desse suporte que ela conseguiu retomar a vida profissional, restabelecer vínculos afetivos com seus filhos e seu pai, e, especialmente, ressignificar a relação com a própria mãe — a única que esteve presente durante todo o período de reclusão. Sua fala foi um potente testemunho de resistência e esperança, evidenciando que a construção de novas possibilidades é viável quando há políticas públicas comprometidas e redes de apoio eficazes.

Ao fim da exposição das falas da mesa, pode-se relatar que a construção da cartilha representa, portanto, uma iniciativa articulada entre pesquisa, extensão e prática social, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da rede de apoio às mulheres que vivenciaram o encarceramento, oferecendo informações acessíveis sobre os

caminhos para acessar direitos fundamentais. Entre os temas abordados estão o direito à identificação civil, à educação, à saúde, à assistência social, à qualificação profissional e ao trabalho, além de apresentar os órgãos e instituições que compõem essa rede de suporte.

Esse material surge como uma ferramenta que busca não apenas garantir o acesso a serviços públicos, mas também reconhecer a complexidade dos processos de reintegração social, enfrentados por mulheres que, ao deixarem a prisão, se deparam com múltiplas barreiras sociais, econômicas e institucionais. O lançamento da cartilha marcou, assim, um importante passo na consolidação de políticas voltadas à dignidade e ao fortalecimento da cidadania dessas mulheres.



Alunos, professores e palestrantes ao final do evento. Foto: acervo público do LAPSUS.



DIREITOS HUMANOS  
E TRANSDISCIPLINARIDADE

## **12 DE ABRIL DE 2025 - 4 RODAS DE DIÁLOGO - NARRATIVAS ENTRELAÇADAS: EXPERIÊNCIAS DE ASSESSORIA UNIVERSITÁRIA JURÍDICA POPULAR CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

relatado por *Jessica Thays de Almeida Claudino*  
Editora Adjunta da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade

*Paloma Serafim de Barros*  
Componente da Comunicação Social da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade

No dia 12 de abril, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, vinculada a Universidade Federal da Paraíba, realizou sua 4ª Roda de Diálogo, evento online que abordou as "Narrativas entrelaçadas: experiências de assessoria jurídica popular contra a violência de gênero".

O encontro, realizado via Google Meet, teve como objetivo principal promover um espaço de reflexão sobre a atuação da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) no enfrentamento da violência de gênero, bem como proporcionar um espaço coletivo de troca de experiência com outras AJUP's, estiveram presentes os seguintes grupos: NAJUP CABANO - Universidade Federal do Oeste do Pará, Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e AJUP da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O evento foi mediado pelos extensionistas do NEP, Paloma Serafim de Barros, Bianca Vitória da Silva Duarte e Eric Renner Artur de Lima, responsáveis por apresentarem o tema central, as convidadas de destaque e a dinâmica do evento, que incluía blocos de discussão e interação com o público. Nesse sentido, o encontro foi composto pelas seguintes convidadas:

1. Bruna Stéfanni Soares de Araújo: Professora do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Direito pela UnB. Coordenadora do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru.
2. Ana Lia Vanderlei de Almeida: Professora do Curso de Direito de Santa Rita da UFPB. Coordenadora do Núcleo de



v. 3, n. 1, 2025

Extensão Popular Flor de

Mandacaru, que atua com assessoria jurídica universitária popular. No âmbito da pesquisa, tem como foco as teorias críticas do direito com metodologias de pesquisa ação e estudos de caso.

3. Luísa Câmara Rocha: Doutoranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB). Advogada Popular.

dos direitos das mulheres pretas e no enfrentamento das desigualdades sociais. Desse modo, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bruna Stéfanni Soares de Araújo destacou em sua fala a atuação da AJUP com mulheres negras, ressaltando que essas mulheres são as figuras centrais na luta pelo território, por moradia, das lutas pelos direitos das mulheres, bem como nas lutas contra o terrorismo de estado, isto é, as práticas de terror do governo como forma de imposição e controle sobre a população, através de ferramentas do próprio Estado.

Não obstante, foi destacado como essas sujeitas, bem como mulheres indígenas, são sujeitas mobilizadoras no contexto social-político e, conseqüentemente, disputam um modelo de sociedade distinto. Nesse cenário, a discussão foi pautada, especialmente, na disputa entre o contrato social e o contrato racial, tendo em vista que o Direito se consolidou como um sistema de desumanização de determinados corpos, por exemplo, tratando negros como seres ser movente até 1988, ou seja, até a promulgação da Constituição Federal de 1988.



Fonte: Reprodução Instagram do perfil @nepflor.

O debate inicial consistiu na temática acerca da atuação da AJUP na defesa



Apesar do status de pessoa concedido pela CF/88, a sociedade passou a operar sobre uma nova ordem racial, que implicou em reformulações das discriminações outrora aceitas. Por outro lado, destacou-se o surgimento de grupos de Assessoria Jurídica Popular (AJP), formados por advogados e advogadas - antes, inclusive, da defensoria em alguns estados como o SAJU na Bahia<sup>1</sup> - como instrumento importante de acesso à justiça para a população negra, permitindo uma ruptura com a hegemonia do direito como (re)produtor de desigualdades.

Além disso, em diálogo com a literatura sobre a temática, especialmente, com os escritos de Clóvis Moura, a convidada destaca que o fator da classe está implicado intrinsecamente com o fator racial, inclusive, como produtor de hierarquias.

Acerca da produção de hierarquias, é imprescindível a compreensão da posição de poder que os grupos de AJUP's estão em relação aos movimentos sociais parceiros, em razão de uma compreensão de

supervalorização do saber acadêmico, de modo que é necessário sempre nortear-se e compreender estes sujeitos como prioridades epistêmicas, a fim de respeitar as urgências daquele grupo, reforçando assim o compromisso de luta.

Posteriormente, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lia Almeida abordou a frente de atuação do NEP sobre “feminismo, gênero e sexualidade” e refletiu sobre as dificuldades de atuação. Nessa esteira, enfatizou que o gênero permeia todas as ações do núcleo, apesar da dificuldade de delimitar uma atuação específica de gênero. Isso ocorre devido ao gênero está sempre inserido em todas as linhas de enfrentamento contra a desigualdade social e seus marcadores, o que demonstra que mulheres estão sempre trabalhando, lutando e tendo protagonismo nessas frentes.

Sendo assim, a delimitação de atuações focadas exclusivamente no gênero se torna complexa, especialmente considerando a pouca demanda vinda dos movimentos relacionados ao gênero e feminismo

---

<sup>1</sup>O SAJU- BAHIA foi fundado em 10 de maio de 1963, enquanto a Defensoria Pública

Estadual da Bahia foi criada apenas em 26 de dezembro de 1985.



que são parceiros do núcleo. Nessa perspectiva, a professora destaca a importância de uma teoria crítica feminista do direito, a exemplo das metodologias feministas de Katharine Bartlett, especialmente os métodos jurídicos feministas, baseados na premissa de que o direito não é neutro, e questionando onde estão as mulheres e qual o seu papel nesse contexto.

Outrossim, visando um maior aprofundamento da temática recomendou a leitura de "Feminismo Jurídico" de Maria Saete e os trabalhos de Fabiana Severi (USP) sobre violência contra as mulheres e a crítica feminista brasileira.

Por fim, Luísa Câmara, advogada popular, refletiu a partir de suas vivências e atuação profissional acerca da "Advocacia Popular e o Acesso à Justiça: Desafios, Resistências e o Papel da Advocacia Popular na defesa dos direitos das mulheres em contexto de conflitos territoriais e urbanos". Ademais, adentra na discussão acerca do assédio, como figura presente na atuação de advogadas populares e assessoras nesse cenário, evidenciando a ausência de segurança

e o perigo que essas mulheres enfrentam diariamente ao defender os direitos dos movimentos sociais, especialmente em contexto de conflitos territoriais, que são marcados por violências e tensões.

A advogada popular ressaltou os desafios de sua prática e suas abordagens estratégicas, que se baseiam no diálogo e na horizontalidade - princípios intrínsecos a práticas de AJUP's e AJP. Tais princípios são orientadores para o fortalecimento da relação e da colaboração com as mulheres e demais sujeitos nos assentamentos, por exemplo, com o escopo de garantir sempre a melhor decisão para defendê-las, considerando suas falas e vivências, buscando, portanto, resguardar a autonomia do grupo. Apesar dessas vertentes norteadoras, não deve haver óbice quanto a melhor sugestão que vise assegurar a segurança dos envolvidos.

Em seguida, Luísa Câmara sublinhou a necessidade de fortalecer as Assessorias Jurídicas Populares (AJUPs) no ambiente universitário, com especial atenção aos que estão



finalizando a formação. Ela lembrou não apenas a dificuldade de permanência nesse campo de atuação, mas também a urgência de que as universidades implementem mecanismos de apoio para garantir a continuidade da formação e prática de seus egressos que estão na luta pela defesa de direitos dos movimentos sociais.

Com efeito, o evento foi marcado pela riqueza de discussões, especialmente pela contribuição das demais AJUPs presentes, que abrilhantaram a temática abordada com suas distintas vivências e atuações, permitindo assim a construção de um espaço coletivo de construção de conhecimento. Logo, a

Roda de Diálogo não se limitou a um mero relato de experiências, mas se firmou como um espaço crucial para a crítica social e a articulação de práticas transformadoras.

Desse modo, nota-se que ao debater acerca das intersecções entre raça, classe, gênero e o sistema jurídico, o evento lançou luz sobre as estruturas de poder que perpetuam desigualdades, reforçando a importância de grupos de AJUP's e AJP comprometida com a descolonização do direito e com a construção de uma justiça verdadeiramente acessível e equitativa.

## 15 DE ABRIL — CONFERÊNCIA “DIREITO E RELAÇÕES RACIAIS”: AVALIAÇÃO DOS 45 ANOS DE AGENDA — I SEMINÁRIO NACIONAL DIREITO E RELAÇÕES RACIAIS

relatado por *Gabriela Novaes Santos*  
 Editora Chefe da Revista de Direitos Humanos e Transdisciplinaridade  
 Duarte (UnB), com mediação de  
 Rodrigo Portela Gomes (UFPB).



Da esquerda para a direita: Rodrigo Portela Gomes, Samuel Vida, Maria de Lourdes Teixeira da Silva, Thula Pires e Evandro Piza Duarte. Foto: Stephanie Cardoso, 2025.

Entre os dias 15 e 16 de abril ocorreu o I Seminário Nacional Direito e Relações Raciais, organizado pelo coletivo Kizomba do Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ), coordenado pelo professor doutor Rodrigo Portela. A mesa de abertura teve como tema o “Direito e Relações Raciais”: avaliação dos 45 anos de agenda, com composição memorável de Samuel Vida (UFBA), Maria de Lourdes Teixeira da Silva (UFPB e CUT-PB), Thula Pires (PUC-Rio) e Evandro Piza

A mesa teve uma proposta de discutir e comemorar a área do direito fundada pela intelectual Dora Lúcia de Lima Bertúlio. A discussão deu o pontapé inicial do evento, o primeiro de abrangência nacional sobre o tema, a um público formado por docentes, mas principalmente, alunos e alunas de diferentes campos do conhecimento, integrantes de movimentos sociais e pessoas de diferentes universidades.

O professor Samuel Vida teve a primeira fala da mesa, dando uma introdução sobre o tema e como o início e continuidade dessa discussão está enraizada na implementação das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras e foi resultado de uma luta política travada principalmente pelos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro Unificado (MNU). O professor delineou em sua fala como os direitos e as relações raciais são, assim, um



campo que se inscreveu fora e dentro da academia. É uma disputa ampla e histórica.

A professora Lourdes Teixeira fez uma fala emocionante que sensibilizou às pessoas presentes sobre a importância da sua presença, enquanto mulher negra e paraibana, de ter sido convidada a ocupar a mesa de abertura do evento. Ela deu continuidade à potência da fala do professor Samuel no sentido de atestar a importância dos movimentos sociais construídos na busca por seus direitos e na linha de frente ao reclame das injustiças e genocídio operados contra a população negra. Lourdes fechou a sua fala fazendo um convite às pessoas que estavam presentes a fazer parte da retomada da Marcha das Mulheres Negras em 2025, que tem como tema “Reparação e bem-viver”.

A fala da professora Thula Pires tomou a posição de localizar o campo do Direito e Relações Sociais, criado há 45 anos por duas mulheres negras — Dora Bertúlio e Eunice Prudente — e a sua importância de existir no Direito. Refletindo brevemente sobre as falas



Autora com Thula Pires, 2025.

anteriores, ela destacou como as falas da mesa haviam sido, até o momento, uma demonstração de caminhadas acadêmicas mas, antes de tudo, coletivas. Thula Pires explicou que este campo na área não existe como uma tentativa de pintar preto o Direito, mas antes um enfrentamento crítico e consciente ao epistemicídio de pessoas negras que constroem a área e que também de pessoas negras que precisam do Direito. O campo do Direito e Relações Sociais objetiva, como ela afirma, como uma disputa por uma área do conhecimento que não reflita apenas uma forma de experiência universalizante: “Nosso problema não é a dogmática, mas os seus usos”.



O professor Evandro Piza fez a fala final, com reflexões permeadas por afeto de Dora, que foi sua professora e amiga. Ele trouxe relatos sobre a sua

convivência com Dora, seus aprendizados e a compreensão e reconhecimento da construção intelectual e prática do pensamento de Dora Bertúlio.